

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

## O MEGALITISMO DO NORTE DE PORTUGAL.

JORGE, Vítor Manuel Oliveira

Ano: 1978 | Número: 88

---

### Como citar este documento:

JORGE, Vítor Manuel Oliveira, O Megalitismo do Norte de Portugal. *Revista de Guimarães*, 88 Jan.-Dez. 1978, p. 431-452.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães  
E-mail: [geral@csarmiento.uminho.pt](mailto:geral@csarmiento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmiento.uminho.pt](http://www.csarmiento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

# O megalitismo do Norte de Portugal (\*)

Por VÍTOR OLIVEIRA JORGE

(Assistente da Faculdade de Letras do Porto  
bolseiro do INIC)

## Introdução

Os megálitos do Norte de Portugal, que nas últimas décadas têm sido colocados num lugar bastante modesto pelo conjunto da investigação pré-histórica portuguesa, estiveram porém em posição de destaque no contexto das teorias que, nos finais do século passado e começos do nosso, tentaram explicar a origem e desenvolvimento do megalitismo ibérico, e atlântico em geral. Esquematizemos rapidamente, tanto essas clássicas teorias<sup>(1)</sup>, como

---

(\*) Conferência pronunciada na Sociedade Martins Sarmiento em 11 de Abril de 1978. Esta conferência retoma temas de duas outras comunicações anteriores — uma apresentada ao *IX Congresso Internacional das Ciências Pré e Proto-históricas* (Nice, Setembro de 1976) intitulada «Problèmes du Mégalithisme du Nord du Portugal», outra apresentada (juntamente com Susana O. Jorge) às *III.ªs Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, Outubro de 1977), sob o título «Problemática do Megalitismo do Norte de Portugal» — cujos textos não puderam ser aprontados a tempo de serem incluídos nas respectivas actas. Posteriormente a esta conferência, o autor elaborou dois trabalhos sobre o mesmo assunto, um actualmente no prelo, comunicado à *1.ª Mesa-Redonda sobre «O Neolítico e o Calcolítico em Portugal* (Porto, GEAP, Abril de 1978), o outro publicado na revista «História» (Lisboa, n.º 4, Fev. 1979).

(1) Cf. «The Megalithic Builders of Western Europe», Londres, Hutchinson & C.º, 1958, pp. 70-75; *The collective tomb builders of Iberia: indigenes or colonists?*, «A Pedro Bosch-Gimpera en el septuagésimo aniversario de su nacimiento», México, 1963, pp. 103-110; M. Almagro e A. Arribas, «El Poblado y la Necropolis Megalíticas de Los Millares», Madrid, B. P. H., 1963, pp. 183 e seg.

as que se foram produzindo durante a 2.<sup>a</sup> metade do nosso século, referindo-nos em especial ao papel nelas representado pelos megálitos do Norte de Portugal:

1) *Teoria de Leeds e de Bosch-Gimpera*

Esta teoria representa o desenvolvimento, por E. T. Leeds (2), Myres (3), N. Åberg (4), e sobretudo por Bosch-Gimpera (5), de um expediente metodológico antes utilizado por E. Cartailhac (6), o da aplicação ao megalitismo ibérico do esquema evolutivo elaborado por O. Montelius para os megálitos do Norte da Europa. Tal esquema, ou sequência evolutiva, ia no sentido do simples para o complexo, considerando que os dólmenes apenas providos de uma câmara teriam dado origem aos dólmenes de corredor e estes, por sua vez, a sepulturas do tipo cista. É isso que exprime, por exemplo, N. Åberg, ao escrever: «Em Cartailhac encontramos já o sentido da evolução indicado pela própria ordem em que reproduz esses túmulos na sua obra. Apresenta primeiro os dólmenes primitivos e os primeiros dólmenes de corredor, depois os dólmenes de corredor no seu pleno desenvolvimento e os túmulos com cúpula, e acaba com as enormes construções funerárias da Andaluzia. Liga a uma fase imediatamente ulterior as cistas feitas de lajes enterradas no solo, de forma rectangular ou quadrada, destinadas geralmente a um esqueleto (...)». E o mesmo autor acrescenta: «Este sentido da evolução que encontramos descrito ou indicado em Cartailhac foi inteiramente confirmado mais tarde por outras pesquisas arqueológicas.

(2) *The dolmens and Megalithic Tombs of Spain and Portugal*, «Archaeologia», vol. 7.<sup>o</sup>, 1918-20, pp. 201-232.

(3) J. N. Myres, colab. à «Cambridge Ancient History», vol. I, 1923.

(4) «La Civilisation Énéolithique dans la Péninsule Ibérique», Upsala, 1921.

(5) Em diversos dos seus trabalhos, desde *Pyrenäische Halbinsel*, in «Realexikon der Vorgeschichte», Berlim, 1926; «Etnologia de la Península Ibérica», Barcelona, 1932; «La Formación de los Pueblos de España», México, 1944.

(6) E. Cartailhac, «Les Âges Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal», Paris, Ch. Reinwald, 1886.

Wilke, Bosch, Obermaier e Leite de Vasconcelos trataram mais ou menos a fundo esta questão da evolução, e as suas pesquisas concordam todas em considerar que estes túmulos se ligam a um desenvolvimento contínuo, que começa com os dólmenes primitivos ao ar livre sem revestimento de terra, e acaba com as cistas de lajes enteradas no solo do comprimento de um homem ou mais curtas» (7).

Dos vários autores que defenderam esta tese ocidentalista clássica o mais significativo foi Bosch-Gimpera, para quem o megalitismo ibérico teria as suas primeiras manifestações, neolíticas, no Noroeste, nos dólmenes simples da Galiza, de Trás-os-Montes e da Beira, daí irradiando para a zona basco-catalã ao longo do litoral norte, e para sul e sudeste, espalhando-se pelo Sul de Portugal e pela Andaluzia já em pleno Calcolítico. À medida que se dava esta expansão, verificar-se-ia a evolução do dólmen simples para o dólmen de corredor e a deste para as sepulturas de cobertura em falsa cúpula (*tboloi*) e para as escavadas na rocha. Ainda numa obra recente, de publicação póstuma, afirmava aquele investigador: «o desenvolvimento neolítico começa sem dúvida muito cedo (cerca de 4 000 — 3 500), embora não tenhamos datas de radiocarbono, nas regiões montanhosas de Trás-os-Montes (Alvão) e da Beira, em *sepulturas megalíticas* (os verdadeiros *dólmenes* ou câmaras feitas com grandes pedras, sepulturas colectivas, de planta circular, sob um *tumulus*).» (8)

## 2) Teoria de Wilke e Obermaier

Trata-se, de certo modo, de uma variante da teoria anterior, porquanto tanto Wilke (9) como Obermaier (10) aceitam a origem ocidental, no NO. peninsular, da arqui-

(7) Åberg, Op. cit., p. 15.

(8) «Prehistoria de Europa», Madrid, Edições Istmo, 1975, p. 199.

(9) G. Wilke, *Südwesteuropäische Megalithkultur und ihre Beziehungen zum Orient*, «Mannus Bibliothek», Würzburg, 1912.

(10) H. Obermaier, «El Dolmen de Matarrubilla, Sevilla», Madrid, Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, vol. 26, 1921.

tectura megalítica propriamente dita, embora pensem que as *tholoi* terão sido introduzidas na Península a partir do Egeu, a este respeito enfileirando entre os orientalistas.

### 3) *Teoria de Forde e Fleure*

Esta teoria foi avançada, a partir de 1929-1930, por um conjunto de arqueólogos ingleses, tais como Fleure e Peake<sup>(11)</sup>, e sobretudo Daryll Forde<sup>(12)</sup>, aos quais se juntou depois Gordon Childe<sup>(13)</sup>. Para estes autores, as formas simples de túmulos do Norte de Portugal e da Galiza seriam interpretáveis, não como protótipos a partir dos quais se teria gerado todo o megalitismo, mas como produtos tardios de um processo de degenerescência, que teria conduzido de modelos «importados» do Mediterrâneo oriental — *tholoi* e «grutas artificiais» — aos dólmenes de corredor e aos dólmenes de câmara simples, uns e outros mera «tradução» megalítica daqueles modelos.

### 4) *Teoria de G. e V. Leisner*

A partir de um trabalho exaustivo sobre os megá-litos da Península (significativamente iniciado pelo Noroeste<sup>(14)</sup>), os Leisner, abandonando a tese orienta-

(11) H. J. Fleure e H. J. E. Peake, *Megaliths and Beakers*, «Journal of the Royal Anthropological Institute», vol. LX, January-June, 1930.

(12) C. Daryll Forde, *The megalithic culture sequence in Iberia*, «Liverpool Annals of Archaeology and Anthropology», vol. XVI, 1929; *The early cultures of Atlantic Europe*, «American Anthropologist», vol. 32, 1930.

(13) V. G. Childe, *Scottish megalithic tombs and their affinities*, «Transactions of the Glasgow Archaeological Society», vol. III, 1932.

(14) G. Leisner, «Verbreitung und Typologie der Galizisch-nordportugiesischen Megalithgräber», Marburg, 1938, e, entre outros: G. e V. Leisner, «Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: Der Süden», Berlim, 1943; G. Leisner, *A cultura eneolítica do Sul da Espanha e suas relações com Portugal*, «Arqueologia e História», 8.ª série, vol. I, 1945; Idem, *Antas dos arredores de Évora*, «A Cidade de Évora», n.º 15/16-17/18, 1949; G. e V. Leisner,

lista, vieram dar novo impulso à noção da criatividade do solo peninsular na génese e desenvolvimento do megalitismo. A partir, sobretudo, das suas escavações no concelho de Reguengos de Monsaraz, defenderam a possibilidade de uma origem local, neolítica, da sepultura megalítica em Portugal, e a sua clara anterioridade em relação às *tholoi* (que representariam uma solução arquitectónica totalmente diferente<sup>15</sup>), comprovada em dois casos, nos quais uma *tholos* tinha sido erigida secundariamente num *tumulus* pertencente a um dólmen de corredor (Anta 2 e *tholos* da Herdade da Comenda e Anta 1 e *tholos* da Herdade da Farisoa).

Relativamente ao Norte de Portugal, e referindo-se aos dólmenes de Alvão (Trás-os-Montes), os Leisner limitam-se a escrever, na mesma obra (p. 34) que «em todas as regiões aqui citadas, o tipo da anta com corredor de dois grandes esteios poderia ter provindo de um neolítico local e marcar uma certa fase evolutiva da cultura megalítica que, em regiões mais afastadas das correntes culturais provenientes do litoral, sobreviveu até épocas posteriores. Naturalmente, tal teoria é apenas hipotética e exige, para a sua confirmação, novas escavações nas províncias do Norte de Portugal». E, mais adiante, acrescentam (p. 184): «A questão da existência de focos antigos também no Norte de Portugal ainda fica por esclarecer».

---

«Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz», Lisboa, I. A. C., 1951; Idem, «Los Sepulcros Megalíticos de Huelva», Madrid, Comisaria General de Excavaciones Arqueológicas, 1952; Idem, «Die Megalithgräber...: Der Westen», fasc. 1, Berlim, 1956, fasc. 2, 1959; V. Leisner, «Die Megalithgräber...: Der Westen», fasc. 3, Berlim, 1965; V. Leisner e L. Ribeiro, *Die Dolmen von Carapito*, «Madriider Mitteilungen», 9, 1968.

(15) «(...) As sepulturas de cúpula e a megalítica, na sua configuração mais perfeita, abrangendo a harmonia entre a planta, a construção da parede, do tecto e o material, representam duas formas arquitectónicas fundamentalmente diferentes» («Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz», p. 170).

5) *Teorias de Glyn Daniel* (1958 e 1963 — (16)

O prof. Glyn Daniel é um dos maiores estudiosos do megalitismo europeu, sobre o qual tem produzido inúmeras obras e artigos. Referir-nos-emos neste momento apenas a dois trabalhos seus, publicados nos anos cinquenta e sessenta, não ignorando porém o carácter ultrapassado das ideias neles expostas relativamente às actuais posições do autor (17).

Em 1958, Daniel pensava que a teoria de Forde/Fleure era a «mais plausível», embora a considerasse apenas como uma hipótese de trabalho útil. Assim, a prática do enterramento colectivo e o culto da «Deusa-Mãe» teriam sido trazidos do Mediterrâneo Oriental para o Sudeste peninsular anteriormente a 2 000 a. C. Os primeiros túmulos a serem construídos seriam os escavados na rocha e as sepulturas em falsa cúpula, muito embora pudesse haver excepções a essa regra (caso das descobertas dos Leisner em Reguengos).

«A partir destes centros do Leste e Sul da Espanha e talvez também do estuário do Tejo — escrevia o autor — a cultura calcolítica ibérica desenvolveu-se e, ao longo deste processo, talvez em contacto com aborígenes anteriores construtores das cistas megalíticas, surgiu o dólmen de corredor megalítico e, à margem desses desenvolvimentos, os túmulos do Norte de Portugal e da Galiza e da área de Córdoba-Granada, alguns dos quais certamente datam de uma época posterior a 1 500 a. C.» (p. 74).

Já em 1963, num curto artigo em que pretende «discutir brevemente de que modo as nossas velhas teorias se mantêm de pé à luz dos nossos novos conhecimentos» (p. 106), entre os quais avultam as primeiras datas de C14 para estações peninsulares, Daniel confessa que «infelizmente não podemos de momento responder à questão sobre qual das duas teorias, a da dupla origem

(16) Cf. op. cit., nota 1.

(17) *Spain and the problem of European megalithic origins*, «Estudios dedicados al Prof. Dr. Luis Pericot», Barcelona, 1973. O Prof. Daniel prepara também uma nova edição da sua conhecida obra «The Megalith Builders of Western Europe», que é aguardada com expectativa.

renovada pelos Leisner, e a da degenerescência de Peake, Forde e Fleure, é a correcta »(p. 108). Todavia, não deixa de acentuar a criatividade do solo peninsular no desenvolvimento da arquitectura funerária megalítica dos 4.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> milénios a. C. e a sua importância como foco difusor do fenómeno para a Europa Ocidental.

#### 6) *Teoria de Colin Renfrew*

Renfrew tem sido, nos últimos anos, o paladino, na Europa, da «nova arqueologia» e de uma tendência crescente para as explicações poligenéticas, por oposição às velhas teorias monogenéticas e difusionistas. Estas teorias repousam, por um lado, na contribuição capital que representou a introdução dos métodos de datação absoluta (1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> «revoluções» do C14) e, por outro, numa atenção cada vez maior aos processos de evolução interna das sociedades, e à necessidade de construção de modelos explicativos desses processos. Renfrew vê a origem do fenómeno megalítico no Neolítico da «fachada atlântica» europeia, considerando a sua emergência em vários núcleos autónomos, um dos quais a Península Ibérica (18). Para lá do interesse geral das suas propostas de interpretação sociológica das colectividades que erigiram os megálitos, a sua perspectiva dos problemas parece ser a que mais se acomoda aos nossos conhecimentos actuais na Península Ibérica, nomeadamente à importante série de novas datações pela termoluminescência que ficámos a dever a J. M. Arnaud e Whittle (19). Evidentemente que «uma cronologia satisfatória terá, em última análise, de dar conta de variações regionais» e de que o quadro evolutivo do megalitismo peninsular hoje possível graças às novas datações tem ainda muitas lacunas (20).

---

(18) «Before Civilization — The Radiocarbon Revolution and Prehistoric Europe», Harmondsworth, Penguin Books, 1976.

(19) E. H. Whittle e J. M. Arnaud, *Thermoluminescent dating of neolithic and chalcolithic pottery from sites in Central Portugal*, «Archaeometry», 1975, 17, part 1, pp. 5-24.

(20) C. Renfrew, *Megaliths, Territories and Populations*, «Acculturation and continuity in Atlantic Europe», Brugge, de Tempel, 1976, p. 201.

7) *Teorias de H. N. Savory e de E. Mackie*

Apesar da repercussão que tiveram as teorias de C. Renfrew em toda a Europa, corporizando tendências latentes na pesquisa das últimas décadas, sensíveis na valorização dos estudos de megalitismo à escala regional (antes de se tentarem novas sínteses de conjunto), autores há que continuam a inclinar-se para explicações de tipo difusionista, como, por exemplo, o pré-historiador H. N. Savory<sup>(21)</sup>, ou um novo autor, E. Mackie, conservador do Museu de Glasgow, através de dois volumes recentemente dados à estampa<sup>(22)</sup>. Quer radiquem ou não o megalitismo peninsular em formas culturais mediterrânicas ou próximo-orientais, tais autores mantêm a tradicional posição de considerar a Península Ibérica como o berço do megalitismo da Europa Ocidental. Para dar um exemplo, enquanto a irlandesa E. Shee, que realizou um estudo de conjunto da arte megalítica da Europa Ocidental, conclui pelo carácter algo particularizado dos respectivos temas nos seus três grandes centros da Península Ibérica, França e Irlanda (a «análise da arte megalítica obriga-nos a admitir que o culto ou religião do megalitismo não deve ser atribuído a grandes movimentos dos povos mas a influências bastante ténues...»<sup>(23)</sup>), Savory escreve (a propósito do tema dos serpentiformes) que «seria loucura ignorar os elementos comuns em todos os três grupos, que os ligam entre si e indicam a linha de força da difusão cultural de Sudeste para Noroeste»<sup>(24)</sup>.

---

(21) Por ex.: «Espanha e Portugal», Lisboa, Verbo, s/d.; *Serpentiforms in megalithic Art: A link between Wales and the Iberian North-West*, «Cuadernos de Estudios Gallegos», t. XXVIII, fasc. 84, 1973, pp. 80-89; *The role of the upper Duero and Ebro basins in megalithic diffusion*, «Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología», t. XL-XLI, 1975, pp. 159-174.

(22) «Science and Society in Prehistoric Britain», London, 1977, e «The Megalith Builders», Oxford, Phaidon Press, 1977.

(23) E. Shee, *L'art mégalithique de L'Europe Occidentale*, «Prehistoria e Historia Antigua», Univ. de Santiago de Compostela, 1975, p. 120.

(24) *Serpentiforms in Megalithic Art...*, p. 87.

Mesmo a nível do nosso país, Savory defende claramente a tese do difusionismo do sepulcro megalítico de corredor, para norte, a partir do Alto Alentejo, «ao longo do curso superior do Tejo, a partir de Abrantes, penetrando na Beira», sugerindo, também, uma possível rota de expansão costeira, da qual o núcleo megalítico dos arredores da Figueira da Foz seria uma eventual etapa<sup>(25)</sup>. Embora haja autores peninsulares que não hesitem em considerar o megalitismo do Noroeste Ibérico como uma ramificação da «cultura megalítica portuguesa», como Juan Eiroa<sup>(26)</sup>, a nós parece-nos que os dados actualmente disponíveis nos obrigam a ser mais prudentes. Como se verá, aliás, a seguir, pela exposição dos nossos conhecimentos sobre o Norte de Portugal.

### 1. *A região*

Como é sabido, de um ponto de vista geográfico, o Norte de Portugal estende-se, a sul, até ao Baixo Mondego, ao bordo do Maciço Antigo e ao sopé da Cordilheira Central.

Contudo, no nosso trabalho, o Norte é considerado de modo mais restrito, como a grande zona ao norte das margens do Douro, compreendendo as províncias do Minho e do Douro Litoral — que pertencem ao *Norte Atlântico* — e a província de Trás-os-Montes e Alto Douro — que pertence ao *Norte Transmontano*.

Os profundos contrastes dessas duas regiões são bem conhecidos. O *Norte Atlântico* tem chuvas abundantes e a vegetação típica de uma terra húmida — o pinheiro bravo e o carvalho. Grandes densidades da população, propriedade muito dividida, povoamento muito disperso caracterizam também a paisagem. Nas zonas baixas e planas pratica-se a policultura, sendo o milho a cultura dominante. Mas, na opinião de geógrafos como Orlando

---

(25) «Espanha e Portugal», p. 108.

(26) *Sobre la Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Hispánica*, «Caesaraugusta», 37-38, 1973-74, p. 34.

Ribeiro (27) a verdadeira vocação destas zonas seria a antiga economia do pastoreio. As suas sobrevivências, nas montanhas do Minho, do Douro e do Vouga, chegaram ao nosso século sob a forma de práticas comunitárias. É uma região em que se opõem, complementando-se, os campos baixos, os prados irrigados, e as regiões de montanha.

O *Norte Transmontano* é completamente diferente. A sua paisagem compõe-se de altas plataformas onduladas, cortadas por vales e bacias profundas. A vegetação — carvalho, olmo e castanheiro — torna-se mais rara, o povoamento concentra-se, é o gado miúdo (ovelhas e cabras) que predomina, as actividades agrícolas estão ligadas à alternância do cultivo do centeio e do pousio; fazem-se poucas regas. No Alto Douro encontramos uma paisagem muito específica, com a «terra fria» dos planaltos e elevações de ambas as margens a contrastar com a «terra quente» do vale, cujo clima de tipo mediterrânico permitiu a introdução da vinha, e depois da oliveira e da amendoeira. É a terra do vinho do Porto, uma das paisagens rurais mais humanizadas do mundo.

## 2. *Os principais núcleos megalíticos*

Por enquanto é-nos difícil dizer quantos são os monumentos megalíticos ainda existentes no Norte de Portugal — embora saibamos que são em número de várias centenas. Muitos mais devem certamente ter existido, mas foram destruídos por diversos factores, como, por exemplo, pelos sucessivos violadores e pela agricultura. Sobretudo no Minho, onde a propriedade é muito dividida, a população densa, a terra intensamente aproveitada, muitos deverão ter sido os monumentos desmantelados para facilitar os trabalhos agrícolas.

Dois elementos importantes vêm em nosso auxílio, ao tentarmos reconstituir o núcleo original dos monumentos e os padrões da sua inserção no espaço: a *topo-*

---

(27) «Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico», Lisboa, Sá pa Costa, 3.<sup>a</sup> ed., 1967, p. 145.

*nímia*<sup>(28)</sup>, e os *documentos antigos*<sup>(29)</sup>, nomeadamente os medievais, onde é frequente a referência a mamoaas que, sendo acidentes do terreno bem visíveis, serviam naturalmente para estabelecer limites ou balizar caminhos. Mas é essencialmente através de um conhecimento profundo do terreno, tanto nos seus aspectos geológicos

(28) Conhecem-se em Portugal dezenas de topónimos normalmente associados a monumentos megalíticos, tais como:

*Altar, anta, antar, antela, antinba, antões, arca, arcainba, arcal, arcanba, arcela, arcêlo, arquinba, casa de orca, casa da moura, casa dos mouros, casinha dos mouros, celeiro dos mouros, cova da moura, cova dos mouros, curral dos mouros, fornelo dos mouros, forno dos mouros, lapa de orca, lapa dos mouros, madôrra, madorrão, madorrinba, mama, mamaltar, mamela, mámoa, mámoa, mamoa, mamoailla, mamoaaltar, mamodeiro, mamoeira, mamoiro, mômola, mamona, mamoinba, mamuinba, mamumba, marco, maroiço, marouça, marra, medorra, meimão, meimoa, merouço, mesa dos mouros, moderno, modorra, mogo, montilhão, morouço, motas dos mouros, nave, orca, padrão, pala, pala da moura, palorca, paradanta, pedra alçada, pedra celada, pedra de altar, pedra de arca, pedra de orca, pedra dos mouros, pedra fitada, pedras fincadas, pedralia, pedras talbas, pedras tanchadas, penedo da moura, penedos altos, penedos das antas, penedos de arcas, perafita, sepultura dos mouros, tulha, tumba, tumbeirinho, tumbia-doiro, vilar de orca.* Porém, certo cuidado é necessário na utilização desses dados, pois Alberto Sampaio adverte-nos para o facto de, no Norte de Portugal, alguns desses topónimos não terem a sua origem em edificações pré-históricas, mas posteriores. Assim, escreve aquele autor: «As *petras fictas e arcas*, de que se está tratando, não se devem entender como monumentos pré-históricos — menhirs e dolmens; se as primeiras nas demarcações diplomáticas representam os *terminos fixos* do Código Wisigothico, assim o declara o diploma — *ab antico pro termino fuerunt constitutas*, e portanto nestas não pode haver dúvida, de modo nenhum havê-la-á também nas *arcas* que o mesmo código diz que foram expressamente construídas para servirem de marcos, e por isso não podiam ser outras, senão as dos agrimensores romanos.» E, mais adiante, o mesmo autor acrescenta: «A *terra tumeda, qui fuit manum facta*, um montão de terra feito intencionalmente, é o *tumulus* pré-histórico, pois os diplomas distinguem este último, chamando-lhe *mamola* — a *mamua* de hoje». (A. Sampaio, «Estudos Históricos e Económicos», vol. I, Porto, liv. Chardron, 1923, pp. 41 e segs. Agradecemos a Carlos Alberto F. de Almeida esta achega).

(29) Por exemplo, nas «*Inquirições de D. Afonso III*» há uma referência a um monumento situado na zona limítrofe dos actuais concelhos de Paredes e de Gondomar: *deinde ad mamonom de brandiam* (Mamoia de Brandião); no «*Corpus Codicum*», vol. I, a propósito do Julgado de Gondomar, refere-se uma outra mamoa, esta da actual freguesia de Fânzeres: *Deinde ad mamolam de Soutelo* (Camilo

como geomorfológicos, que poderemos, pouco a pouco, ir compreendendo a lógica da implantação dos monumentos megalíticos. Estes surgem normalmente em planaltos das regiões graníticas, dispostos em grupos, formando mesmo por vezes conjuntos de vinte ou de trinta monumentos, estendendo-se, não raro, ao longo de caminhos, ou de zonas de passagem. Quando vários desses conjuntos estiverem cartografados e estudados em detalhe, será possível saber se os monumentos que os compõem seriam ou não contemporâneos, e, neste caso, qual o eventual significado da sua disposição relativa no terreno, das suas diversas dimensões e características arquitectónicas, etc. Parece-nos assim que o essencial, no Norte de Portugal, será agora o estudo detalhado de algumas dessas «necrópoles», adentro de uma perspectiva espacial e estrutural, paleo-ecológica, superando-se o atomismo amadorístico das investigações tradicionais, que, sem estarem sujeitas a problemas de pesquisa, iam ao sabor das curiosidades momentâneas do arqueólogo. Um trabalho à escala infra-regional — incluindo a hipótese de várias equipas actuando simultaneamente sobre estações diferentes, contribuindo para a compreensão da lógica que presidiu à ocupação sucessiva do espaço — eis o que sem dúvida se impõe neste momento.

Em termos globais, podemos para já dizer que os monumentos megalíticos, no Norte de Portugal, se estendem desde o litoral até ao interior, mas predominam claramente na zona atlântica e na parte oeste da zona transmontana, ao longo de uma faixa de 200 a 250 km de largo, que depois se vai esbatendo para o interior, sendo já em mais escasso número no distrito de Bragança. Para Norte, na Galiza, o panorama é muito semelhante, em perfeita continuidade com o que se observa aquém da fronteira. Aliás, na própria linha fronteira se encontram referenciados alguns monumentos,

---

de Oliveira, «O Concelho de Gondomar», vol. II, Porto, Imprensa Moderna, 1934, pp. 29 e 30). Nos «Portugaliae Monumenta Historica — Inquisitiones» (vol. I, p. 484) mencionam-se duas mamoas em Azurara, conc. de Vila do Conde: «Vai da mamoas da Pedra até à mamoas do Bicho (...)» (informação de Maria Isabel F. Correia). E muitos outros exemplos poderiam ser aduzidos.

como é o caso das zonas de *Castro Laboreiro* (concelho de Melgaço) e de *Montalegre*.

Caminhando para sul, convém referir, como núcleos convencionais mais importantes, os seguintes:

- Zona dos concelhos de *Arcos de Valdevez* — *Paredes de Coura* — *Ponte da Barca* — *Ponte de Lima* (Distrito de Viana do Castelo);
- Zona dos concelhos de *Caminha* — *Viana do Castelo*, no mesmo Distrito;
- Zona dos concelhos de *Barcelos* — *Esposende* (Distrito de Braga);
- Zona dos concelhos de *Ribeira de Pena* — *Vila Pouca de Aguiar* — *Murça* — *Vila Real* — *Alijó* (Distrito de Vila Real) — *Carraxeda de Ansiães* (Distrito de Bragança);
- Zona dos concelhos de *Póvoa de Varzim* — *Vila do Conde* (Distrito do Porto);
- Zona dos concelhos de *Lousada* — *Penafiel* (mesmo distrito);
- Zona dos concelhos de *Amarante* — *Baião* (mesmo distrito);
- Zona do concelho de *Arouca*, a sul do Douro (Distrito de Aveiro, mas Província do Douro Litoral).

### 3. *As mamoas*

Podemos dizer genericamente que, de início, todas as sepulturas megalíticas do N. de Portugal seriam cobertas por um *tumulus* de terra e de pedras, de que quase sempre ainda hoje restam vestígios. A esses *tumuli* deu o povo o nome de mamoas — pela semelhança da sua forma com a de um seio —, designação que foi adoptada pelos arqueólogos. A sua função seria provavelmente a de esconder a sepultura, protegendo-a, e conferindo-lhe, ao mesmo tempo, maior monumentalidade. Por outro lado, o *tumulus* poderia tornar-se indispensável como plano inclinado para o transporte da tampa da câmara da anta até à sua posição definitiva.

Tradicionalmente os arqueólogos não prestavam a devida atenção a esta parte do monumento, limitando-se

a escavar e a fazer o levantamento da câmara e do corredor megalíticos, e quando muito indicando na planta, de forma sumária, o contorno da mamoa <sup>(30)</sup>. Daí resulta estarmos ainda muito longe de poder definir uma tipologia das mamoas megalíticas, e as suas eventuais relações com a própria tipologia dos dólmenes. De um modo geral verifica-se que a forma das mamoas seria tendencialmente a de uma calote esférica, embora hoje sejam muito raras as que apresentam um volume hemisférico, devido aos agentes erosivos e às depredações de que foram alvo, variando a sua altura máxima entre cerca de apenas 50 cm e 2 e 3 m. O respectivo diâmetro pode também oscilar entre cerca de 6 ou 8 m. e 20 ou 30 m. É muito frequente encontrar mamoas com uma depressão central na parte superior, resultante da violação da câmara, que normalmente removeu o chapéu e penetrou nela como num «poço».

As mamoas são habitualmente construídas em terra e em pedras. Ao contrário do que se poderia pensar, tudo nelas demonstra uma técnica hábil de arquitectura feita para durar, mas sem argamassa e sem utilização de aparelho. Foi através de processos simples, mas engenhosos, que se conseguiu a realização de monumentos de, por vezes, grandes dimensões, não sendo menos admirável a técnica de construção das mamoas do que a das câmaras megalíticas. Pela quantidade de trabalho exigido e de solo vegetal empregado (um e outro desviados da sua produtividade económica), as mamoas megalíticas revelam a existência de comunidades que já podiam «dar-se ao luxo» de aplicar numa actividade funerário-religiosa (decerto capital para a sua coerente inserção na realidade) uma apreciável força de trabalho e uma quantidade não despendida de solo potencialmente fértil.

Se fosse apenas feita com terra, uma mamoa teria sido facilmente desmontada pela erosão, expondo assim por sua vez o túmulo megalítico aos agentes destruidores. Foi por isso preciso escorá-la com pedras, quer em superfície (formando uma espécie de couroça pro-

---

<sup>(30)</sup> V. Vítor O. Jorge, *Escavação de um túmulo megalítico: problemas metodológicos*, «Ensaio sobre Paleoantropologia Cultural», Porto, Centro Universitário, 1977.

tectora) quer perifericamente, rodeando-a de um suporte de contenção. Durante as sondagens experimentais realizadas na mamoa n.º 1 da Serra dos Campelos (Freg. de Lustosa, Conc. de Lousada, Agosto de 1976) (Fig. 6), verificou-se a existência, nesse monumento, de uma espécie de coroa circular formada por linhas de pequenas pedras semi-circulares concêntricas. Essas estruturas mostraram-nos a importância da decapagem das mamoas em área (conjugada necessariamente com cortes verticais que nos revelem a disposição estratigráfica dessas estruturas) e abriram-nos todo um campo de pesquisas em monumentos congêneres do Norte do País, muitos dos quais perderam parcial ou totalmente o seu «recheio» megalítico, mas têm ainda muitas coisas para nos ensinar no que se refere aos *tumuli* que até nós chegaram. É esta metodologia a que tencionamos utilizar na escavação da mamoa n.º 3 do Outeiro de Ante (Freg. de Ovil, Conc. de Baião) durante o próximo verão de 1978.

#### 4. *A arquitectura dos monumentos megalíticos*

Neste domínio, deveremos reconhecer que os nossos conhecimentos muito pouco progrediram desde os trabalhos de G. Leisner e de Cuevillas. Fundamentalmente, temos de mencionar os seguintes dois grupos de monumentos: *túmulos simples*, providos apenas de uma câmara, poligonal ou rectangular; *túmulos de corredor*, nos quais este ou está bem diferenciado da câmara (dólmen de corredor clássico) ou, ao contrário, se apresenta (parcial ou completamente) como o seu prolongamento (ou, se quisermos, o corredor e a câmara estão, neste segundo grupo, mais ou menos indiferenciados).

Adentro dos túmulos simples de câmara poligonal regular, poderíamos basicamente distinguir, com Leisner, os que são abertos, isto é, dispõem de uma entrada lateral, dos que são fechados formando um polígono, na precisa acepção do termo; quanto aos de câmara rectangular, teríamos de referir as «cistas megalíticas» e as chamadas «antelas do Minho», como a Antela da Portelagem (Espoufense), estudada por Martins Sarmento.

Os dólmenes de corredor bem diferenciado têm (ainda segundo Leisner) uma câmara poligonal, que nuns

casos é regular, noutros não. Neste segundo sub-grupo incluem-se monumentos como os de Vilarinho da Castanheira e de Zedes (Carrazeda de Ansiães) e de Chã de Parada (Aboboreira, Baião), este último um dólmen de câmara poligonal alargada.

A seguir, temos de considerar os dólmens de corredor que, muito embora apresentem, em planta, uma distinção entre o corredor e a câmara, já a não mostram em alçado, no qual se observa um gradativo aumento da altura do monumento desde a entrada até à câmara. Por fim, surgem-nos sepulturas em que a indistinção câmara-corredor interessa simultaneamente a planta e o alçado, como é o caso do dólmen da Barrosa (Âncora, Caminha) (Fig. 2).

Deve dizer-se que são muito poucos os dólmens do Norte de Portugal de que existe uma planta minimamente rigorosa (cerca de uma dezena), como igualmente são poucos os exemplares que permitem o seu levantamento sem a necessária escavação prévia, por se encontrarem bem destacados da respectiva mamoa. Perante a impossibilidade de trabalhar com base na maioria dos documentos antigos publicados, a escassez de investigadores consagrados ao megalitismo do Norte de Portugal, e a morosidade das modernas escavações científicas — torna-se extremamente difícil, para já, ir além de G. Leisner na tipologia dos monumentos dolménicos, ou forjar quaisquer ideias seguras sobre a eventual distribuição espaciotemporal deste ou daquele tipo. Só o lançamento no campo de várias equipas simultâneas, realizando escavações rigorosas, e cotejando os seus resultados, poderá ajudar a superar este impasse; tal é o que se pensa fazer num futuro próximo. Ao mesmo tempo, será necessário rever, sempre que possível, todos os levantamentos antigos, à luz de novas escavações e de métodos mais minuciosos, que actualmente são lugar-comum em arqueologia.

Adiante-se, todavia, que os únicos dólmens de corredor mais ou menos desenvolvido que conhecemos — Anta de S. Marta, Penafiel, dólmen de Lamoso, Paços de Ferreira, dólmen de Chã de Parada, Baião, ou dólmen da Barrosa, Caminha, por ex. — se encontram nas províncias do Minho e Douro Litoral; e de que em Trás-os-Montes, os três monumentos mais bem conservados que pudemos observar — dólmens de Zedes e de Vilarinho

da Castanheira, Carrazeda de Ansiães (Figs. 3 e 4), e Anta da Fonte Coberta, Alijó, parece serem todos de corredor incipiente ou pouco desenvolvido. Por outro lado, é perto do litoral que nos vão aparecer monumentos sem corredor, rectangulares, do tipo «antela», à semelhança do que acontece também na Beira (31).

### 5. *Os artefactos*

A característica fundamental do espólio dos monumentos megalíticos do Norte de Portugal é a sua pobreza (quantitativa e qualitativa), em contraste com os ricos artefactos encontrados nos dólmenes da Beira ou do Alto Alentejo. Tal impressão de pobreza, se pode dever-se ao pequeno número de escavações feitas até hoje, e às constantes violações a que os monumentos estiveram sujeitos ao longo do tempo, traduz decerto também uma característica real da «cultura material» dos construtores e utilizadores dos megálitos, cultura material essa relativamente pouco diversificada e rude. Esta noção condiz com o que se observa também na Galiza (que, como dissemos, forma com o Norte de Portugal uma unidade geográfico-cultural bem vincada ao longo de toda a Pré-história) e com o não aparecimento, até hoje, em todo o Noroeste Hispânico, de estruturas de povoados contemporâneos dos megálitos (32). Tudo nos leva à ideia de populações predominantemente pobres, praticando talvez uma agricultura itinerante e uma pastorícia transumante, portanto vivendo em habitats construídos com materiais pouco duváveis e dispondo de um instrumental pouco diversificado. Esta extrema raridade de elementos que, como a cerâmica, são normalmente bons índices cronológicos, e a ausência de depósitos estratigrafados em grutas ou habitats de ar livre, torna extremamente difícil a interpretação pré-histórica dos monumentos megalíticos do Norte de Portugal, mas, por outro lado, aden-

(31) Cf. Irisalva Moita, *Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta*, «Ethnos», vol. V, 1966, pp. 193 e 194.

(32) Comunicação de Anton Casal, sobre o megalitismo da Galiza, à I.ª Mesa-Redonda sobre «O Neolítico e o Calcolítico em Portugal» (Porto, Abril de 1978; está m preparação, pelo GEAP, a publicação dos resultados desta reunião científica).

sando as dúvidas que pairam sobre toda a Pré-história desta região do nosso país, constitui de certo modo mais um estímulo ao prosseguimento das pesquisas.

Mas passemos a indicar o que se conhece. Quanto a objectos de pedra polida, ligados aos trabalhos agrícolas (desflorestação, trabalho da madeira e preparação da terra para o cultivo), surgem-nos *machados, enxós e goivas*. As formas dos primeiros acusam duas grandes tendências: uma, de contorno mais ou menos rectangular e de base larga e recta; outra, mais alongada, de gume mais encurvado e base mais estreita<sup>(33)</sup>. Ligados ainda ao ciclo agrícola ocorrem *moinhos manuais*, de pedra, como o que apareceu na «Antela das Alminhas» (Canidelo, Vila do Conde — escavações do Abade Sousa Maia — Museu de Vila do Conde). O material de pedra lascada é constituído por peças normalmente consideradas «de tradição mesolítica» — os *micrólitos geométricos* — por *pontas de seta* foliáceas e por «*facas*», grandes lâminas habitualmente sem retoques. Os micrólitos podem ser triangulares (um exemplar do dólmen de Zedes, Carrazeda de Ansiães, por exemplo — Museu do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto) ou trapezoidais (mamoas de Guilhabreu, Vila do Conde, por exemplo)<sup>(34)</sup>. As pontas de seta são ou de base triangular, com ou sem aletas, de corpo alongado em relação à base, ou de base pedunculada, com ou sem aletas também<sup>(35)</sup>.

Quanto à *cerâmica*, é ela geralmente *lisa*, de pasta não homogénea, e afectando um aspecto tosco. A maioria das formas são infelizmente irreconstituíveis, tão pequenos e incaracterísticos são os fragmentos que che-

<sup>(33)</sup> Um trabalho de análise petrográfica e tipológica de machados polidos do N. de Portugal encontra-se em preparação por A. Huet Bacelar Gonçalves, do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto.

<sup>(34)</sup> Na mamoas de Guilhabreu e em dólmenes de Escariz (Arouca) apareceram simultaneamente micrólitos triangulares e trapezoidais (os destes últimos dólmenes encontram-se no Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior, Porto — escavações de Domingos de Pinho Brandão, inéditas).

<sup>(35)</sup> V. Susana Oliveira Jorge, *Pontas de seta provenientes de túmulos megalíticos do Noroeste de Portugal*, «Minia», 2.<sup>a</sup> série, Ano I, n.º 2, 1978.

garam até nós. Temos, assim, de nos limitar a indicar alguns exemplares dispersos, mas relativamente bem conservados, como as taças hemisféricas da necrópole de Canidelo, Vila do Conde («Antelas» das Alminhas e do Farihe, escavações de Sousa Maia), ou o copo tronco-cónico da Anta da Estante, Serra de Carlão, Dist. de Vila Real (escavações e colecção particular de Manuel A. Plácido), lembrando os vasos encontrados por V. Leisner no dólmen do Carapito III, Beira Alta<sup>(36)</sup>. Existem também alguns exemplares de cerâmicas incisas, como o pequeno fragmento de bordo com linhas paralelas onduladas do dólmen de Zedes (Museu do Instituto de Antropologia, Porto), motivo que lembra cerâmicas do Cachão da Rapa, da Lorga de Dine (Vinhais) (mesmo museu) e da Gruta de Ferreiros, Vimioso (Museu dos Serviços Geológicos, Lisboa).

Cite-se ainda, entre as cerâmicas decoradas, o fragmento de vaso de Matamá (Guimarães — Museu da Sociedade Martins Sarmento) com linhas paralelas de pontos feitos a punção e o fragmento de bordo com motivos impresos em forma de acento circunflexo das Mamoas do Monte Grande ou das Carvalhas (Santo Tirso — Museu do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências, Porto).

Por fim, temos de referir cerâmicas ligadas ao grupo campaniforme (de tipo «internacional», como seja o pequeno fragmento do Dólmen da Barrosa (Âncora, Caminha — Museu da Soc. M. Sarmento) e os fragmentos de vasos da Mamoa de Guilhabreu, estudados por A. do Paço<sup>(37)</sup> (Museu de Vila do Conde) (Fig. 5).

---

(36) V. Leisner e L. Ribeiro, *Die Dolmen von Carapito*, «Madriider Mitteilungen», 9, 1968, pp. 11-62, Abb. 16.

Pode citar-se ainda um vaso bojudo, com asa, da «Anta das Carvalhas Alvas», Parada do Corgo (Vila Pouca de Aguiar) — Colecção da Junta Distrital de Vila Real. V. V. Leisner, *Nota sobre um vaso transmontano*, «Arqueologia e História», 8.<sup>a</sup> s., Vol. VIII, 1958, pp. 145-153) e uma bilha, com asa e mamilos no bordo e na carena central, da antela da Portelagem, Vila Chã, Esposende (escavações de M. Sarmento — reproduzida e atribuída à I. do Bronze inicial por H. N. Savory em «Espanha e Portugal», Lisboa, Verbo, p. 211).

(37) A. do Paço e E. Pinto, *Vasos campaniformes da Mamoa de Guilhabreu (Vila do Conde)*, «Vila do Conde», 2, 1961.

6. *A arte dolmênica*

É bem sabido que o Ocidente Peninsular é uma das zonas mais importantes da arte megalítica europeia (38). Na região que temos vindo a considerar neste trabalho há provas da existência de vários dólmenes pintados — *Padrão*, em Vandoma, Conc. de Paredes, *Vilarinho da Castanheira*, no Conc. de Carrazeda de Ansiães, *Veiga de Mãos de Sales*, no Conc. de Montalegre — de dólmenes gravados — *Lamoso*, Conc. de Paços de Ferreira e *Chã de Parada*, Conc. de Baião (39) — e de dólmenes simultaneamente pintados e gravados, como o da *Fonte Coberta da Chã de Alijó* (Conc. de Alijó), o de *Zedes*, Conc. de Carrazeda de Ansiães, e o de *Escariz*, no Conc. de Arouca.

Os temas principais desta arte são os «serpentiformes», ou ondulados (*Escariz*, por ex.), mas também nos surgem, entre outros motivos, a estilização da figura humana (*Padrão*), uma forma interpretada por E. Shee como a representação da pele, esticada, de um animal (mas por que não um outro tipo de estilização antropomórfica, ictifálica?) (*Vilarinho da Castanheira*), figuras radiadas ou esteliformes (*Chã de Parada*, por ex.) e um motivo de decifração particularmente difícil, e que por isso mesmo aquela autora denomina «o objecto», e que ocorre na laje de cabeceira do dólmen de *Chã de Parada*, bem como em monumentos da Galiza (40).

7. *Os menires*

Os túmulos não são os únicos monumentos megalíticos presentes no Norte de Portugal. Existem também menires, grandes pedras fincadas verticalmente no solo, mais ou menos sumariamente afeiçãoadas, cujas relações

(38) E. Shee, *L'Art mégalithique de L'Europe Occidentale*, «Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas», vol. I, pp. 101-120.

(39) Aos quais haveria que juntar os petróglifos do *Dólmen da Barrosa* (Âncora, Caminha) que embora não apareçam nos esteios da anta, são do maior interesse (serpentiformes). V. J. de Castro Nunes, *Escavações no Dólmen da Barrosa (Âncora)* — II, «Rev. de Guimarães», vol. LXV, 1955.

(40) E. Shee e C. G. Martinez, *Tres tumbas megalíticas decoradas em Galicia*, «Trabajos de Prehistoria», vol. 30, 1973.

com as sepulturas não estão devidamente esclarecidas, nada nos assegurando a respectiva contemporaneidade.

Pondo de parte os casos ainda não comprovados — como os dos possíveis menires das Turrinheiras (Barroso) e do Penedo Comprido (Cinfães) — ater-nos-emos aqui a dois monumentos, um no Conc. de Esposende — *Menir de S. Paio de Antas* — e outro no Concelho de Penafiel — *Menir de Luzim* <sup>(41)</sup>.

O Menir de S. Paio de Antas situa-se numa pequena colina das imediações da igreja de S. Paio de Antas, ao norte da estrada que vai de Forjães para aquela freguesia, no lugar do «Monte». É granítico, de secção sub-elíptica, e com cerca de 1,70 m de altura acima do solo; encontra-se ligeiramente inclinado para sul. Localmente é conhecido pelo nome de «Anta», «Pedra a pé» ou «Monumento» <sup>(42)</sup>.

O Menir de Luzim foi o primeiro monumento do seu género a ser conhecido na Pré-história portuguesa (1864). Situa-se na Tapada de Sequeiros, lugar de Lomar, freguesia de Luzim. É um bloco granítico alongado, implar tado verticalmente no solo, de secção sub-pentagonal, com cerca de 2,15 m de altura acima do solo. Encontra-se na proximidade de mamoas (duas ainda em relativo bom estado de conservação) e de gravuras rupestres.

## 8. *Questões de cronologia*

Nenhum monumento megalítico português a norte do Douro foi até hoje datado pelo carbono 14. As datações mais próximas que possuímos são para dólmenes da Beira Alta (datas calibradas — <sup>(43)</sup>):

*Carapito 1* (Conc. de Aguiar da Beira, Dist. Guarda)  
— 3 685 ± 110

<sup>(41)</sup> V. Vítor O. Jorge, *Menhirs du Portugal*, «L'Architecture Mégalithique», Vannes, Société Polymathique du Morbihan, 1977, pp. 99-124.

<sup>(42)</sup> C. A. Brochado de Almeida, «O Menhir de S. Paio de Antas-Esposende», Antas, Esposende, Associação Recreativa e Cultural, 1979.

<sup>(43)</sup> C. Renfrew, *Megaliths, Territories and Populations*, «Acculturation and Continuity in Atlantic Europe», Brugge, de Tempel, 1976, p. 203.

*Orca dos Castenairos* (Conc. de Vila Nova de Paiva,  
Dist. Viseu) — 3 895 ± 150

*Orca de Seixas* (Conc. de Moimenta da Beira, Dist.  
Viseu) — 3 730 ± 110

Significa isto que os dólmens em causa deverão ter sido construídos durante a primeira metade do 4.<sup>o</sup> milénio a. C., uma vez que as amostras datadas provêm dos níveis inferiores das câmaras. Esta indicação cronológica dá-nos, pelo menos, uma ideia da época em que alguns monumentos do Norte de Portugal poderiam ter sido erigidos. Mas, verdadeiramente, nada sabemos ainda de realmente seguro sobre a cronologia e as linhas da evolução desses megálitos. Não seria porém surpreendente que as etapas dessa evolução viessem um dia a escalonar-se desde o Neolítico à I. do Bronze. Como surgiu no Norte de Portugal a prática do enterramento colectivo, a que tipos de túmulos foi dando origem durante a sua vigência, como foi substituída por sepulturas de enterramento individual, ainda construídas com lajes ou já escavadas na rocha — eis perguntas que nos apontam para uma tarefa imensa e fascinante, para um vasto programa de pesquisas para o qual temos a intenção de contribuir com a nossa, por certo limitada, achega. Acrescente-se que a nossa temporária limitação aos túmulos não é obsessão de sepulcrólogos, é apenas o começo metódico de uma averiguação mais vasta das leis que presidiram ao desenvolvimento das sociedades e à sua sucessiva implantação no espaço, criando as remotas bases culturais de toda uma vasta região onde muito mais tarde haveria de surgir o núcleo de Portugal.

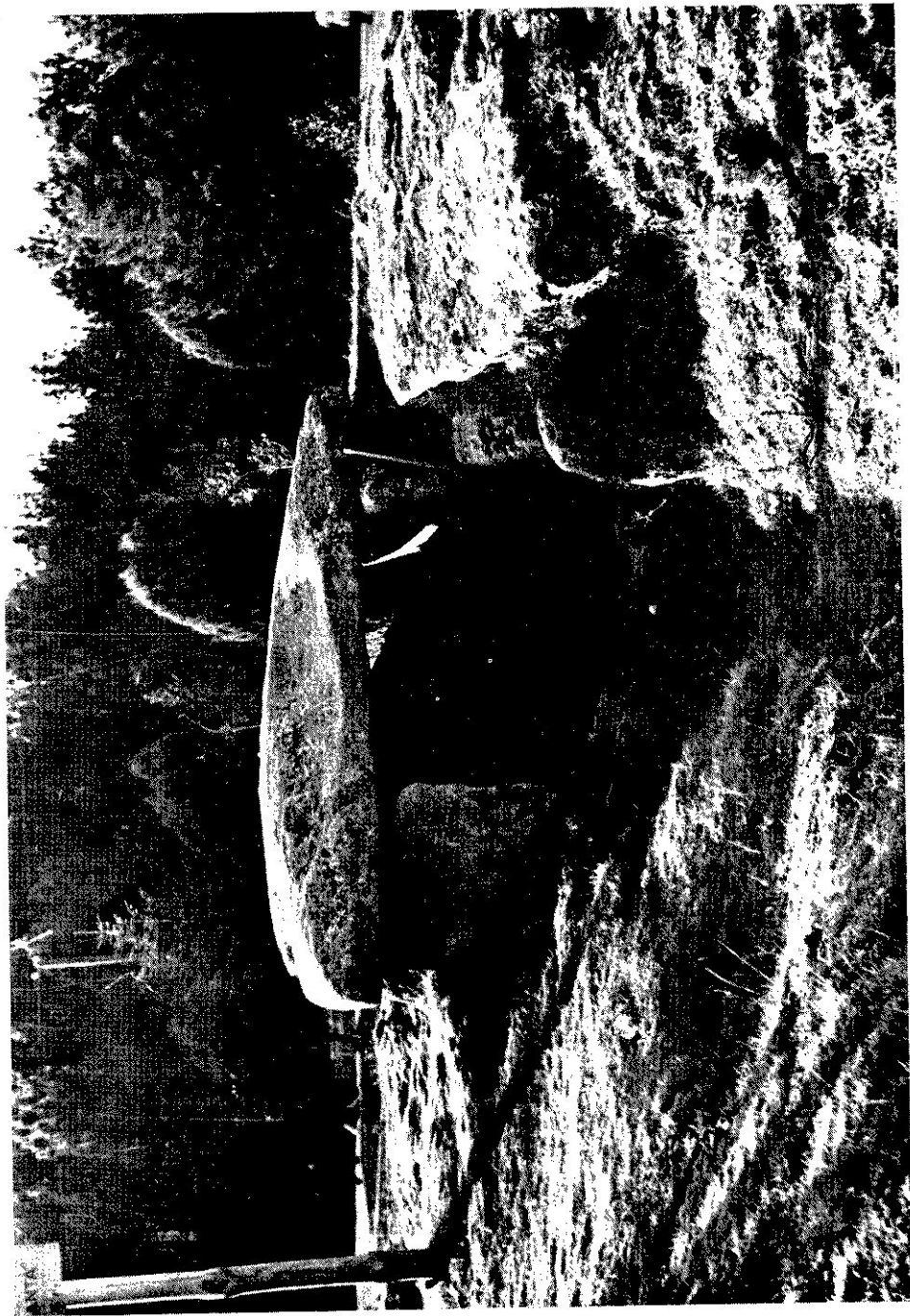


FIG. 1 — *Um dos monumentos da Chã do Mezio (Serra do Soajo, Conc. de Arcos de Valdevez); dólmen de corredor e mamoa, esta cortada pela estrada.*



FIG. 2 — Dólmén da Barrosa (Ancora, Caminha) (altura actual do interior da câmara: c. 2 m; comp. do corredor: c. 4,60 m)

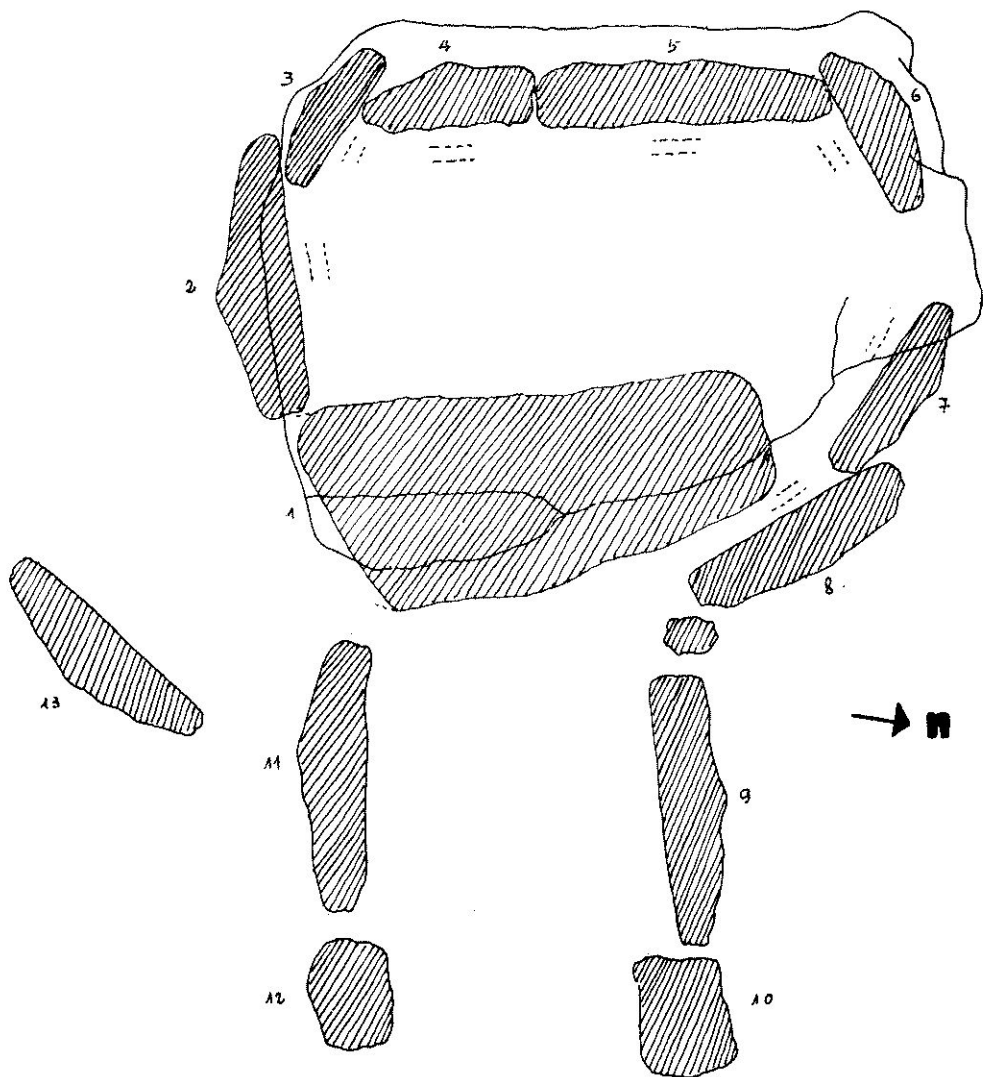


FIG. 3 — *Dólmen de Vilarinho da Castanheira* (conc. de Carrazeda de Ansiães, dist. de Bragança).  
Esc. aprox.: 1/37.



A



B

FIG. 4 — *Dólmen de Vilarinho da Castanheira* («Pala da Moura»), conc. de Carrazeda de Ansiães, dist. de Bragança.

A — Visto de Poente; B — Visto de Nascente.



FIG. 5 — Vaso campaniforme, de tipo «internacional», da Mamoa de Guilhabreu (Vila do Conde). Escavações de Elisero Pinto (1952), Museu de Vila do Conde.



FIG. 6 — Elementos da Universidade do Porto, procedendo a decapagens durante uma campanha de trabalhos de carácter experimental na Mamoa n.º 1 do conjunto megalítico da Serra dos Campelos (Lusitosa, Conc. de Lousada), em Agosto de 1976.